

CONFLITOS TERRITORIAIS URBANOS E RURAIS

Fernanda Ferreira¹, Graça Aretha Souza de Lira¹, João Vitor de Andrade Alencar¹, Mirella Virgínia Luiz da Silva¹, Roberto Efrem Filho²

Neste ano de 2015, o projeto de extensão “Assessoria Jurídica, Educação Popular e Conflitos Territoriais Urbanos e Rurais” consiste em um dos três projetos vinculados ao NEP – Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Pretende-se a realização de atividades de assessoria jurídica universitária popular junto a movimentos sociais e populares de luta em defesa da moradia digna e adequada e da reforma agrária, em especial o Movimento Terra Livre (MTL) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com os quais o NEP atua desde os anos de 2010 e 2012, respectivamente. O projeto tem como objetivos garantir a prática da assessoria jurídica universitária popular e da educação popular, contribuir para o debate em torno da política fundiária urbana e rural, da política habitacional e da reforma agrária, atuando perante os órgãos e instituições responsáveis por essas políticas, e proporcionar vínculos orgânicos entre os estudantes e os sujeitos políticos aliados ao Núcleo. Nosso projeto atuou com o Terra Livre, que luta por direito à moradia e coordena três ocupações urbanas: o Tijolinho Vermelho (Centro), a Capadócia (Treze de Maio) e Terra Nova (Colinas do Sul). A atuação junto a esse Movimento ocorre através de formação com os moradores dessas ocupações, compartilhando conhecimentos sobre os direitos dos quais dispõem e sobre como reivindicá-los, além da nossa participação nos atos que eles promovem para reivindicar seus direitos. Nesse âmbito, ressalta-se a importância da participação do NEP no intuito de firmar uma relação juntamente aos movimentos sociais, buscando fomentar uma assessoria jurídica relevante dentro da conjuntura de desigualdades sociais. A partir disso, é fundamental pontuar o mecanismo usado pelo núcleo na expansão da educação popular, sendo ele a presença constante de diálogos, nos quais as experiências são expostas, ajudando na construção e na troca de conhecimentos de ambas as partes. Parte-se do pressuposto que há muito para se aprender com aqueles que convivem diariamente com o suplício de não terem uma moradia digna e adequada e que buscam uma reforma urbana no município de João Pessoa. Assim, citar a realização das formações feitas pelo NEP na ocupação urbana da Capadócia, juntamente com o movimento Terra Livre, é um exemplo da importância da presença da assessoria jurídica popular, pois é por meio desses espaços que podemos identificar tamanha negligência estatal e contribuir de maneira significativa para uma efetiva luta que objetive a mudança do quadro de inúmeras famílias sobrevivendo em meio ao caos, sem o mínimo de estrutura básica, como saneamento e rede elétrica. Embasada nessa realidade, a extensão de Assessoria Jurídica, Educação Popular e Conflitos Territoriais se empenha para criar uma consciência crítica nos sujeitos, por meio de atividades que possibilitem a identificação das causas de suas necessidades concretas e o conhecimento do que lhes é assegurado por lei, mas que na prática tem tomado outros rumos. Acreditamos que por meio dessa educação popular, esses cidadãos terão

1. Aluna do curso de Direito, bolsista, ferreirafernanda95@gmail.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, arethaliras@hotmail.com; aluno do curso de Direito, bolsista, joao.andrade996@gmail.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, mmirella39@gmail.com; 2. Orientador, DCJ, robertoefremfilho@gmail.com.

mais autonomia, tendo em mente o primordial papel das lutas sociais como instrumento de fortalecimento e emancipação.

Palavras-chave: assessoria jurídica, educação popular, movimento urbano